



A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO BRASILEIRO

Delton Aparecido Felipe¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar como a população negra foi inserida no projeto nacional de educação no final do século XIX e início do século XX. Utiliza-se para isso, o eixo explicativo dos Estudos Culturais, somado às teorizações foucaultianas. Argumenta-se que na formação do Estado moderno brasileiro, houve uma série de dispositivos de marginalização da população negra como as políticas de branqueamento, o mito da democracia racial e os discursos sobre a miscigenação. Apesar dessas marginalizações, houve uma série de denúncias feitas pelos movimentos negros a estes processos de exclusão. Neste contexto de resistência a uma identidade nacional eurocêntrica, a educação escolar passou a ser vista pelos negros e pelas negras como um espaço essencial para a inclusão de suas características culturais e políticas na identidade nacional.

Palavras-chave: Educação; população negra; identidade nacional.

THE EDUCATION OF BLACK PEOPLE IN THE BUILDING OF BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY IN TWENTIETH CENTURY

Abstract: This article intends to discuss how was the education of the black population in Brazil in the twentieth century. It is used for this, the explanatory axis of Cultural Studies, added to the Foucault's theories; it is argued that in the modern Brazilian state's formation, there was a series of marginalization devices of the black population such as the bleaching policies, myth racial democracy and discourses about miscegenation. Despite those marginalizations, there were also a number of complaints, in particular from the black movements, about those exclusion process and it is in this context of resistance to an Eurocentric national identity that school education came to be seen by black men and women as an essential space for the inclusion of their cultural and political characteristics in the national identity.

Keywords: Education; black people; national identity.

L'ÉDUCATION DE LA POPULATION NOIR DANS ÇA CONSTRUCTION D'IDENTITÉ NATIONALE BRÉSILIEN DU XXE SIÈCLE

Résumé: Cet article vise à discuter comme était l'éducation de la population noire au Brésil dans le XXe siècle. Utilisé pour y, l'axe explicative des études culturelles, a ajouté les théories de Foucault, il est soutenu que la formation de l'Etat moderne brésilienne, il y avait une série de marginalisation des dispositifs de la population noire, comme les politiques de blanchiment, le mythe de la démocratie raciale et discours sur le métissage. Malgré ces marginalisation, il y

¹ Professor da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, Pós-Doutorando em História, na linha de pesquisa em Fronteiras, Populações e Bens Culturais. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-Paraná com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores - da Universidade de Aveiro Portugal. Mestre em Educação e Graduado em História. Pesquisador do Núcleo de Estudo Interdisciplinar Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Maringá-Paraná



avait aussi un certain nombre de plaintes, en particulier les mouvements noirs de ces processus d'exclusion et dans ce contexte, de la résistance d'une identité nationale eurocentrique que l'éducation scolaire est désormais considérée par le noir et le noir comme un espace essentiel pour y compris son identité culturelle et politique dans les caractéristiques nationales.

Mots-clés: éducation; population noire; l'identité nationale.

LA EDUCACIÓN DE LA POBLACIÓN NEGRA EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD NACIONAL BRASILEÑA DEL SIGLO XX

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir como se dió la educación de la población negra en Brasil en el siglo XX. Para esto se ha utilizado, el eje explicativo de los Estudios Culturales, sumados a las teorizaciones foucaultianas, arguméntase que en la formación del Estado moderno brasileño, hubo una serie de dispositivos de marginalización de la población negra como las políticas de blanqueamiento, mito de la democracia racial y los discursos sobre el mestizaje. A pesar de las marginalizaciones, hubo también una serie de denuncias, en especial, de los movimientos negros, de estos procesos de exclusión es en este contexto de resistencia de una identidad nacional eurocéntrica que la educación escolar pasó a ser vista por los negros y negras como un espacio esencial para la inclusión de sus rasgos culturales y políticas en la identidad nacional.

Palabras clave: Educación; población negra; identidad nacional

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, discutir a história da população negra objetivo problematizar como a população negra foi inserida no projeto nacional de educação no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, o Brasil passou por um profundo período de transformações que visava a constituição do Estado moderno brasileiro, o fim da escravidão que já durava 350 anos aproximadamente, em 13 de maio de 1888, intensificando com isso o processo de adaptação e remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o trabalho livre e assalariado, o que possibilitou o aumento do fluxo de imigrantes europeus para o Brasil em busca de trabalho. (Felipe, 2014).

No plano político, o fim da monarquia era causada por fatores internos e externos. Entre os internos estavam as disputas existentes desde a Independência do Brasil em 1822, entre as elites das Províncias e a Monarquia. Entre os fatores externos temos a pressão internacional pela Proclamação da República, já que o Brasil era o



único país na América Latina governado por uma monarquia (Del Priori; Venâncio, 2010).

Ainda na segunda metade do século XIX, houve crescimento dos setores de prestação de serviços e aumento da indústria têxtil. Esses fatos estavam associados ao início do processo de urbanização, crescimento das camadas médias e aparecimento de um proletariado urbano, formado pelos imigrantes que, chegados ao país, abandonaram o trabalho na zona rural em direção às cidades (Costa, 1987).

Nesse contexto de transformações sociais, econômicas e políticas, acreditava-se que o progresso da nação, só poderia ser feito pelo a introdução do homem branco europeu. Este pressuposto progresso estava em consonância com as tendências de pensamento da época que preconizava o “ideal branco” de homem brasileiro para o desenvolvimento econômica da nação (Hofbauer, 2006, P. 56).

O projeto republicano de modernização do Brasil encontrou na população negra um entrave para a sua concretização. No final no século XIX, período em que se intensificaram as discussões sobre um Brasil desenvolvido nos padrões europeus e no pensamento dos ideólogos do projeto republicano, o grande número de negros e de negras ainda em situação de escravidão no território brasileiro impediria o desenvolvimento do país, não permitindo o avanço econômico. Somado à luta dos movimentos abolicionista desde a primeira metade do século XIX, esse discurso contribui para que se intensificassem as discussões em prol da abolição da escravidão no território brasileiro.

É nesse contexto de modernização do Brasil que a busca do letramento e da instrução será considerada uma condição essencial para o exercício da cidadania, o que levará a implementação de diversos grupos escolares. No pensamento republicano brasileiro do século XIX, essas transformações eram fundamentais para a reconstrução do país dentro de uma perspectiva de progresso, mas para isso eram necessárias mudanças de comportamento, hábito e apropriação de uma forma de organização política e econômica que levasse ao desenvolvimento nos moldes europeus (Fernandes, 1978).

Este projeto republicano de desenvolvimento para o Brasil tem como base o projeto Iluminista desenvolvido na Europa, que segue os pressupostos de que o indivíduo se desenvolve em torno de um todo unificado, por meio de mudanças



evolucionárias, e tem na escola organizada no século XVIII a instituição que o ajudará a aprimorar-se intelectualmente para que possa atingir o progresso (Felipe, 2014).

O primeiro contato que o projeto iluminista de modernização teve com a população negra no Brasil vinculou a negritude² à sujeitos da escravidão, o que foi solucionado com a promulgação de políticas públicas que progressivamente levariam à abolição da escravidão.

Há um grupo de leis que se referem a proibição do tráfico de escravos. A Lei de 7 de novembro de 1831, determinava que todos os escravos que entrassem no país estariam livres e quem participasse do contrabando seria severamente punido. A eficácia dessa lei não ultrapassou 1837, quando o tráfico já atingia proporções ainda maiores. No ano de 1845, a Inglaterra concedeu a si mesma, através da lei Bill Aberdeen, poderes de jurisdição sobre navios suspeitos de contrabando de africanos para o Brasil, mas que não afetou os números de negros desembarcando no país. O tráfico negreiro continuava forte no Brasil nos anos que se seguiram, mesmo de forma ilegal.

Em 1850 foi promulgada a Lei nº 581 de 4 de setembro, vencendo pouco a pouco as resistências a favor do tráfico tanto na sociedade quanto dentro do próprio parlamento. Eusébio de Queirós argumentava que muitos fazendeiros estavam endividados com traficantes, e que um número muito grande de escravos poderia abalar a segurança da sociedade (Mattos, 2004).

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, foi uma lei elaborada para resolver o problema da escravidão no Brasil. Para Silvério (2004), na prática ela teve poucos efeitos para a negritude, pois dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Os filhos menores ficariam em poder e sob a autoridade dos donos de suas mães, os quais teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o escravocrata terá opção, de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o

² Utilizo as expressões negros e negras; população negra; negritude; sujeitos da negritude e culturas negras e não a expressão afrodescendente como está nos diversos documentos governamentais (Brasil, 2003b; Brasil, 2004) e em uma série de produções acadêmicas, porque, ao buscar as marcas históricas sobre o local do negro e da negra na constituição da identidade nacional, entendemos que os primeiros termos citados nos permitem um registro histórico mais amplo do que o último. Além disso, Guimarães (1999) argumenta que o racismo no Brasil está intrinsecamente ligado à cor, transformando os que têm a pele mais escura em negros e os que têm a pele mais clara em brancos, independentemente de sua ancestralidade africana.



Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei (Felipe, 2014).

Outra lei instituída exatamente 14 anos depois, em 28 de setembro de 1885, a Lei do Sexagenário libertava todos os negros escravizados com mais de 60 anos mediante a compensação do proprietário. E, finalmente, foi aprovada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Isso permitiu, pelo menos legalmente, a liberação da população negra da escravidão.

A abolição chegou, porém não propiciou às populações negras, o acesso aos bens produzidos nesse processo histórico, como terra, moradia e educação para garantir uma vida digna. Os ex-escravos negros começaram a travar uma nova luta, a de sobreviver diante de tantas desigualdades sociais e combater o racismo que se alastrava pela sociedade brasileira (Felipe; Teruya, 2010). Com a abolição da escravidão, os ideólogos da modernidade no Brasil se viram diante de outra problemática: como adaptar a população negra, que então fazia parte do povo brasileiro, ao projeto de avanço econômico almejado?

AS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A negritude até o final do século XIX, em sua maioria, estava vinculada a escravidão ou a luta contra. Com a abolição, tornaram-se alvos das políticas de branqueamento, ou seja, a busca genética para eliminar as características africanas da população brasileira, pois acreditava-se que, ao se parecer mais com a população europeia, isso levaria o Brasil ao pretense progresso. “Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (Romeiro, 1998 apud Bento, 2002, p. 23).

Na busca da adaptação da população brasileira ao projeto de desenvolvimento iluminista que, para as elites em nosso país, era a única forma de prosperar. Com base nos estudos científicos do final do século XIX, projetou-se um tipo ideal de sujeito para o progresso que estava ligado às características dos arquitetos da modernidade ocidental “homens, brancos e europeus” (Giroux, 1999a, p. 145).

As políticas de branqueamento nesse período configuraram-se como uma das formas de assegurar a modernização do país. Não é por outra razão que o Estado



brasileiro, no início do século XX, buscava a mão de obra europeia, cuja imigração ainda era celebrada cotidianamente nos meios de comunicação, principalmente no que se referia às imigrações italiana, alemã, polonesa, entre outras de origem europeia (Munanga, 1999).

A teoria de branqueamento chegou ao Brasil vinda da Europa no final do século XIX, e ganhou vigor na primeira metade do século XX, expandindo-se e buscando alternativas para melhorar a população brasileira, estimulando a imigração da população branca europeia para todo o território. Ao mesmo tempo, procurou reduzir os contingentes considerados indesejáveis, por meio da expulsão sistemática, incluindo as restrições de acesso aos bens materiais e bens simbólicos, como a educação escolar. Serrano e Waldman (2007) afirmam que, nesse período, diversos projetos foram elaborados pela elite brasileira para que a população negra voltasse ao continente africano.

O movimento eugenista, ao procurar ‘melhorar a raça’, deveria ‘sanar’ a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas ‘indesejáveis’ (tais como doenças mentais ou os então chamados ‘impulsos criminosos’), promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras. Todavia, esse quadro aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) **fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial** (Maciel, 1999, p. 121, grifo meu).

No discurso nacional, após a abolição da escravidão, os negros e as negras se tornaram indesejáveis e foram enredados em um discurso de corruptores do projeto nacional e considerados fatores impeditivos do desejo de modernização da sociedade por ameaçar o desenvolvimento nacional. Nas palavras do médico baiano Nina Rodrigues (1862 a 1906), “a influência do negro, disse, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo; nada poderá deter a eliminação do sangue branco” (Rodrigues, 1999, p. 28).

Esse tipo de narrativa discursiva abriu espaço às teorias de práticas sociais que projetavam uma nova nação, com possibilidade de eliminação ou a diminuição dos indesejáveis, tendo na negritude seu alvo preferencial. Para Andrews (1992), a imigração europeia, ocorrida entre o final do século XIX e o início dos anos 30 do século XX, implicou uma recomposição racial da população brasileira, com a participação dos brancos alcançando 64% no recenseamento de 1940.



Vianna (1997, p.165) ao relatar como intelectuais do final do século XIX e início do XX, viam a imigração, afirma que Tavares Basto, entendia que a imigração iniciaria uma transformação da cultura cívica e o sistema de valores que orientava o país e faria emergir no Brasil uma série de elementos modernizantes, como “a igualdade de cultos religiosos, a elevação do estatuto do trabalhador livre, facilidades de transportes e de comunicações e uma reforma fundiária”. Compartilhando de uma posição dominante entre os estadistas brasileiros, Tavares Bastos considera as classes subalternas, entre elas a população negra, brasileiras incapazes de empreender as transformações pretendidas para que o Brasil se inserisse no projeto civilizatório aos moldes norte-americanos. Assim, “sustentava a superioridade da população imigrante, na expectativa que a população nacional se transformasse pelo efeito demonstração exercido por aquela” (Vianna, 1997, p.165).

Além das estratégias demográficas de branqueamento, outras foram formuladas para a construção de um perfil de estabilidade das transformações impostas, tendo sempre o ideal de desenvolvimento como padrão de explicação. O ideal do branqueamento respaldou-se na desqualificação da população negra, que supostamente não teria capacidade de produzir em um sistema de livre iniciativa e seriam moralmente degenerados. A substituição da mão de obra negra pela branca imigrante e o incentivo à miscigenação, para gerar um povo cada vez mais branco, foram estratégias encontradas para melhorar gradativamente a população que compunha a nação brasileira. Posso identificar em tais práticas de governo algumas características inscritas em uma lógica de poder que visa potencializar a vida biológica de uma parcela específica da população.

Doebber (2012) argumenta que, embora autores como Gadelha (2009) afirmem que durante o Estado Novo (1930-1945) tornara-se difícil admitir a existência e o funcionamento de uma biopolítica consolidada, já era possível identificar nesse período uma tendência de “gestão da população”. Semelhante ao modo como ocorreu com os leprosos expulsos das cidades na Idade Média, por serem considerados uma ameaça à ordem pública, o controle sobre a vida da população negra se daria também pela via da exclusão.

Castro (2009, p. 57) explica que “ao antigo direito do soberano de fazer morrer ou deixar viver se substitui um poder de fazer viver ou abandonar à morte”. O poder sobre a vida se explicitaria nas políticas sobre a vida biológica, entre elas, a política de incentivo à imigração. Já o poder sobre a morte se explicitaria por meio do racismo,



presente no modo como o povo negro foi abandonado pelo Estado à própria sorte. Nesse sentido, o Estado estaria mais preocupado em fazer viver um “tipo racial”, considerado superior, e deixar morrer outro “tipo racial”, considerado inferior.

Outro discurso que reverberou socialmente sobre da população negra no Brasil na primeira metade do século XX, foi o da mestiçagem. Nesse discurso não mais se negava a população negra como constitutiva da população brasileira, mas sim a aceitava enquanto um dos sujeitos da constituição nacional. Guimarães (2002, p. 168) afirma que nesse período, intelectuais como Roger Bastide e Gilberto Freyre, enunciaram pela primeira vez a ideia de uma democracia racial e, com o tempo, a expressão ganhou “a conotação de ideal de igualdade e de oportunidade de vida e de respeito aos direitos civis e políticos que nos anos de 1950” será elevada a principal da característica da população brasileira.

Guimarães (2001), ao fazer uma genealogia do termo democracia racial, ressalta que ele foi empregado pela primeira vez por Arthur Ramos em 1941 durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-fascista. Campos (2002) argumenta que Roger Bastide, também emprega a expressão em um artigo publicado no Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos, Recife, o que indica que apenas nos 1940 ela começa a ser utilizada pelos intelectuais. “Teriam Ramos ou Bastide cunhado a expressão ou a ouvido de Freyre? Provavelmente, trata-se de uma tradução livre das ideias [*sic*] de Freyre sobre a democracia brasileira” (Campos, 2002, p. 77).

Na literatura acadêmica, a expressão democracia racial só aparecia alguns anos mais tarde, por volta de 1943. “O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial”, escrevia Wagley, em 1952, na “Introdução” ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações entre negros e brancos no Brasil patrocinados pela Unesco. Ao que parece, Arthur Ramos, Roger Bastide e depois Wagley, introduziram na literatura a expressão que se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais (Guimarães, 2001; Campos, 2002).

Se desde o início do século XX uma visão positiva recaía sobre a miscigenação, convivendo com posturas mais radicais de caráter puramente eugenista, “a partir da década de 1930, ela sofre uma reinterpretação, momento em que os principais estudiosos brasileiros do assunto passaram a destacar os aspectos positivos da



mestiçagem, momento em que se consolida a ideia de democracia racial” (Tadei, 2002, p. 4).

Tadei (2002) discorre que a biopolítica de Estado, que se iniciara com a Era Vargas (1930 -1945)³, fazia da miscigenação uma prova da inexistência do racismo no Brasil, um traço estruturante da identidade nacional, traduzida na chamada ideologia da Democracia Racial. O Brasil passou a se mostrar ao mundo como um exemplo de solução racial. O preconceito era banido da sociedade brasileira que, daquele momento em diante, passou a rejeitar discursivamente o racismo, sobretudo do ponto de vista individual.

A fábula das três raças constituidoras do Brasil teria a função de integrar idealmente a população depois da abolição num marco comum que, por meio do branqueamento, atingiria algum dia homogeneidade e harmonia. A ideologia da integração das raças, fosse no plano sexual, da música, da mulher, do carnaval, mascararia a realidade das profundas diferenças de poder destas raças. O próprio pressuposto da integração pelo branqueamento é profundamente racista e negador de uma identidade negra (Da Matta, 1987).

O medo da diluição do sangue branco na presença do contingente negro, expresso por Nina Rodrigues em seus escritos, demandou ações mais contundentes para a preservação da branquitude nacional. Iniciativas tanto de manipulação da carga biológica quanto a eliminação simbólica, atingiram a população negra como requisito fundamental para o predomínio branco. Nas palavras de Carneiro (1968, p. 95, grifo meu), “[...] a **ruptura dos laços com África**, mesmo por meios de frequentes processos brutais, parece para mim ser uma válida aquisição do povo brasileiro”.

Além da redução simbólica resultante das ações culturais de branqueamento, que incluíam a violenta repressão das manifestações culturais, artísticas e religiosas negras, as relações dos brancos com os indesejáveis tiveram apoio de políticas públicas de manutenção da inferiorização e desvalorização da população negra. A ação estatal dirigida à população negra nessa época, estava reduzida basicamente à repressão

³ A partir das décadas de 1920 e 1930, frente à crise mundial do liberalismo e à decadência das oligarquias brasileiras, o nacionalismo foi reforçado como alternativa para o Brasil. “O Populismo na Era Vargas, na construção da Identidade Nacional, defendeu a mestiçagem e a harmonia entre as raças – instaurando o Dia da Raça e apoiando-se nos intelectuais e no Departamento de Imprensa e Propaganda. A mestiçagem que havia sido valorizada com o objetivo de branquear o Brasil passa a ser valorizada como característica nacional” (Martínez-Echazábal, 1996, p. 109).



policial e ao controle de endemias, que tinham em comum os métodos violentos (Sevcenko, 1984).

As iniciativas de redução das populações indesejáveis, desde a perspectiva eugenista, compreendem um conjunto de ações, tanto biológicas quanto materiais e simbólicas, que construíram um discurso de eliminação da negritude e dos aspectos culturais dessa população.

A lógica racista científica apóia-se em um discurso filosófico moderno orientando pelas metáforas oculares gregas, sustentado pelas anotações cartesianas da primazia do sujeito e da preeminência da representação, e fortalecido pelas idéias baconianas de observação e evidência e confirmação que promovem e encorajam as atividades de observação, comparação, avaliação e ordenação das características físicas dos corpos humanos segundo a renovada apreciação estética e das normas culturais clássicas. Dentro dessa lógica, os conceitos de feiúra negra, deficiência cultural e inferioridade intelectual são legitimadas pela autoridade da ciência, carregada de valor e também prestigiada (West, 1993 *apud* Giroux, 1999a, p. 136).

As narrativas da ciência, da medicina e da técnica seriam as principais bases de sustentação na efetivação de medidas eugênicas sobre diferentes populações. No caso da população negra brasileira, justificariam os discursos de inferioridade as políticas de branqueamento e marginalização desses grupos.

As ideias de miscigenação, branqueamento, eliminação do elemento africano na constituição do povo brasileiro e a instituição da democracia racial, comporiam uma rede discursiva própria da realidade brasileira. O processo de encontro entre as raças seria considerado pacífico ou ausente de maiores conflitos. Mesmo a escravidão brasileira era considerada mais branda se comparada a de outros países. Essas formas discursivas propoem saberes de como a população negra foi retratada no projeto de modernidade brasileira.

OS MOVIMENTOS NEGROS E A RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EUROCÊNTRICA

Na história da educação no Brasil, são poucas as fontes encontradas pelos estudiosos e pelas estudiosas que se propõem a trabalhar com a educação da população negra. No entanto, por causa de uma série de contestações de que as identidades que são postas como naturais, estáveis e universais têm sofrido, surgiram pesquisas que buscam



conhecer os jogos de poder que envolveram a educação da população negra e a construção da identidade nacional.

A presença de negros e de negras nas escolas do século XIX é um dos temas que vem mobilizando as pesquisas em história da educação e foi objeto de análise de várias destas, como Demartini (1989), Santos (2002), Peres (2002), Veiga (2004), Barros (2005), Fonseca (2007), entre outras. Esses autores mencionados nos fazem refletir quanto às fontes de pesquisa, apontando a fragilidade e os problemas para se trabalhar com essa temática.

Para Peres (2002), é preciso cada vez mais criar uma cultura acadêmica que trabalhe com a pluralidade e a diversidade, que incorpore as questões raciais nas análises sociais. Se por um lado é preciso fomentar a pesquisa histórica no campo da relação entre a negritude e a educação, por outro, é preciso problematizar os lugares-comuns e incorporar essa questão nas pesquisas de cada dia.

No caso da documentação ou das fontes para a pesquisa em educação não se foge deste quadro de dificuldades para a identificação da população segundo critérios de cor e/ou étnico-raciais. Isso faz necessária, para identificar o aumento de nossa presença na escola, a atenta leitura do debate educacional brasileiro das primeiras décadas do século XX, que ocorreu paralelamente a uma série de transformações urbanas, técnicas, políticas, sociais e especialmente nas relações de trabalho, que fomenta a construção de um projeto de modernização para o País (Cunha, 2005, p. 222).

Há certo padrão de invisibilidade dos negros e das negras na historiografia educacional, que se manifesta nas abordagens que tratam os indivíduos desse grupo apenas na condição de escravos e afirma, de forma recorrente, que nos séculos XVIII e XIX, a população negra não frequentava escolas. Além disso, o escravo era tido como uma matéria inerte e moldada. As questões relativas ao processo de escolarização eram totalmente ignoradas, e segundo Maestri (2004), as escolas urbanas dificultavam o ingresso de negros e de negras livres, principalmente os cativos.

Ressalto que, mesmo no período da escravidão, um pequeno grupo de negros e de negras conseguiu acessar algum tipo de estudo em contato com os padres, por ser propriedade de alguns poucos senhores que não respeitavam a lei e permitiam o aprendizado da leitura e da escrita, ou ainda na participação em alguma irmandade religiosa negra, espaço importante na vida associativa do escravo. A prática de ensino entre os pares “é uma das explicações para o fato de haver pretos e pardos alfabetizados



e multilíngües. Apesar das restrições, os letrados ensinariam aos outros” (Garcia, 2007, p. 35).

Posso inferir que a dificuldade de encontrar e trabalhar com a presença da população negra nas escolas públicas, em especial na primeira metade do século XX, se deve ao fato das resistências serem fragmentadas e focais e podem se dar de forma individual, por meio de organizações e movimentos sociais. Essas resistências, apesar de poucas informações que as narrativas históricas oferecem sobre a educação da negritude brasileira, podem ser percebidas em jornais da raça negra⁴ ou em pesquisas de história oral realizadas com as lideranças do movimento negro⁵ no início do século XX. Em seu trabalho, Demartini (1989) argumenta que na Bahia, Maranhão, Pernambuco e em São Paulo, havia projetos não governamentais que objetivava a educação da população negra desde o início da República, quando as primeiras entidades se organizaram como sociedades recreativas e o movimento por vagas nas escolas públicas se firmariam apenas no fim da década de 1920.

No início do século XX, mais especificamente nas décadas de 20 e 30, seriam mais perceptíveis, as oportunidades educacionais para essas populações, “com a disseminação das escolas técnicas para atender à demanda do mercado de trabalho”. A autora destaca que essas escolas teriam propiciado “a escolarização profissional e superior de uma pequena parcela da população negra”, que veio a formar “uma nova classe social independente e intelectualizada”. “[...] Essas se constituíram na base da organização das primeiras reivindicações sociais negras na pós-abolição, e do movimento negro brasileiro” (Demartini, 1989, p. 155).

Nesse contexto de reivindicações dos segmentos da população brasileira, que ainda não estava incorporada ao sistema educacional proposto pelos republicanos,

⁴ Refiro-me às seguintes publicações que tinham como objetivo denunciar as injustiças e mazelas que a negritude brasileira estava vivenciando mesmo após a escravidão: *O Menelick*, começou a circular em 1915. Em seguida: *A Rua* (1916), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Getulino* e *o Clarim d' Alvorada* (1924) (Moura, 1982). Com esse mesmo propósito tem o jornal *O Exemplo*, criado em 1892.

⁵ [...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo, assistenciais como as confrarias coloniais, recreativas como ‘clubes de negros’, artísticas como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia, culturais como os diversos ‘centros de pesquisa’ e políticas como o Movimento Negro Unificado; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1999, p. 157, grifos do autor).



vários intelectuais estavam preocupados com o alto índice de analfabetismo. Essa situação comprometeria os rumos da nação, já que o progresso econômico brasileiro dependeria da inclusão de todos os segmentos na escola pública.

Os debates de reformulação nas finalidades da escola pública brasileira limitaram-se ao discurso, pois deixaram de atender aos interesses de determinados grupos sociais. O documento do Manifesto (1932), defendia a escola como um direito e dever do Estado para atender aos interesses dos indivíduos segundo as suas capacidades, mas isso não quer dizer que a população negra brasileira foi contemplada em tais reformulações, porque no imaginário da elite brasileira, a capacidade cognitiva do negro e da negra era inferior à da população branca e. (e?) A pequena parcela da população negra que conseguiu ser inserida nas escolas nesse período foi alvo de uma educação eurocêntrica, que visava ao branqueamento social dessa população (Souza, 1998).

A luta dos sujeitos da negritude para se inserir como sujeitos de direito na sociedade brasileira, ocorreu ao longo do século XX. Um exemplo disso é a organização oficial do primeiro movimento negro brasileiro de cunho político: Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931.

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (Domingues, 2007, p. 107). Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira (Oliveira, 2002, p. 68).

A entidade chegou a ser recebida em audiência pelo Presidente da República da época, Getúlio Vargas, e teve uma de suas reivindicações atendidas, que foi o fim da proibição de ingresso de negros na Guarda Civil em São Paulo. Esse episódio indica o poder de barganha que o movimento negro organizado dispunha no cenário político institucionalizado brasileiro. Com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, a Frente Negra Brasileira (FNB) e outras organizações políticas foram extintas ou colocadas na clandestinidade (Domingues, 2007). Vale ressaltar que a base de luta da Frente Negra Brasileira era integrar o negro e a negra à sociedade brasileira dentro do projeto modernista, e não se questionavam os motivos da exclusão ou subordinação da população negra do projeto de brasilidade.



Domingues (2007) argumenta que as fontes primárias, desenvolvidas pela Frente Negra Brasileira, como o jornal *A Voz da Raça*, afirmam que a instrução foi uma das reivindicações mais cobradas pela FNB. Em quase todas as edições do jornal encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de instruir-se. Oliveira (2002) argumenta que eram propósitos da FNB:

Eliminar os antigos hábitos, pelos quais eram discriminados e criticados, passava por um processo educacional de integração do negro na sociedade. Evidentemente, os vícios não eram decorrência da “raça”, mas consequência da situação vivida até então. Eliminá-los dependia basicamente de uma mudança no modo de vida desse grupo, desde que encontrassem trabalho, educação e possibilidades de criarem uma estrutura familiar. A Frente cobrava dos pais a responsabilidade de educar os seus filhos, mas para isso, antes, era preciso que eles próprios fossem educados, eliminando primeiramente os 'vícios da raça' (Oliveira, 2002, p. 66).

Com o fim da Frente Negra Brasileira em 1937, Nascimento (1989) afirma que a reorganização política do sujeito da negritude em um movimento social em prol de direitos apenas aconteceu no final da década de 1970, na ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isso não significa que, no período anterior, a população negra não tenha realizado algumas ações. A organização da União dos Homens de Cor (UHC) surgiu em 1943, em plena ‘ditadura do Estado Novo’. Fundada em Porto Alegre pelo farmacêutico João Cabral Alves, existiu nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Suas reivindicações eram próximas das ideias de inserção político-social propostas pela Frente Negra Brasileira (Domingues, 2007).

Em 1944 foi fundado o Teatro Experimental do Negro (TEN), na cidade do Rio de Janeiro, pelo intelectual negro Abdias do Nascimento, ex-integrante da Frente Negra Brasileira. O TEN apresentava novas ideias e propostas, e buscava, conforme Nascimento e Nascimento (2000, p. 55), “contestar a discriminação, formar atores afro-brasileiros, reivindicava a diferença e não apenas integrar-se à sociedade, reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e realizar cursos de alfabetização”. Noto que, surgiu a valorização e o resgate da África nessa organização, e que o teatro passou a servir como meio de resistência.

O Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 na capital federal, também organizado pelo TEN, teve como temáticas: a necessidade da regulamentação e a organização das empregadas domésticas, campanhas de alfabetização e teses sobre



manifestações de racismo. Em setembro do ano de 1958, foi realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre, a abertura do Primeiro Congresso Nacional do Negro. Os principais temas tratados no Congresso foram três eixos: a necessidade de alfabetização do negro frente à situação do Brasil de então, a situação “do homem de cor” na sociedade, e o papel histórico do negro no Brasil e demais nações (Nascimento e Nascimento, 2000).

Na década de 1950 ainda foi produzido uma série de estudos nas universidades brasileiras sobre os processos de marginalização e exclusão do negro e da negra no Brasil. Entre esses trabalhos, estão os de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que realizaram estudos patrocinados pela Unesco, com o objetivo de verificar o suposto caráter democrático das relações raciais no Brasil. Esses estudos culminaram na modificação substancial da interpretação até então vigente acerca das relações raciais no contexto da sociedade brasileira. De uma sociedade tida como racialmente resolvida, principalmente a partir dos escritos de Florestan Fernandes, passei à constatação de que os grupos raciais se posicionavam diferentemente no interior da ordem social e de que a distribuição das posições sociais estava ligada ao preconceito e a discriminação racial praticados contra os negros e as negras.

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (Fernandes, 1978, p. 20).

No bojo dessas discussões, o negro e a negra foram inseridos na organização da identidade brasileira, a dita brasilidade, em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Diferente da Frente Negra Brasileira de 1931, o MNU já não buscava mais a integração da população negra ao projeto republicano de brasilidade e sim questionava a forma como esse projeto fora organizado.

Posso afirmar que o Movimento Negro Unificado adotava uma postura de questionamento dos padrões estabelecidos na sociedade brasileira e propunha uma nova política cultural para pensar raça e etnicidade no Brasil. O movimento negro adotou como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância e “colocaram em questionamento os discursos eurocêntricos de marginalizar e abolir vozes multifacetadas” (Giroux, 1999a, p. 134).



Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana. Na avaliação de Maués (1991), o movimento desencadeou um processo de questionamento dos nomes ocidentais como única referência de identidade dos negros e das negras no Brasil. As crianças negras recém-nascidas, puderam ser registradas com nomes africanos, sobretudo de origem ioruba, em especial, os nagôs. O autor ainda assinala que na eminência do movimento “Negro é Lindo”, ocorre uma busca de adesão estética e corporeidade da negritude – vestuário, penteados e adereços ditos afros. Além de sua própria imagem, a adesão deveria passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da “cultura africana”, tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar, “o modelo, insiste-se na adoção, para as crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português” (Maués, 1991, p. 127).

O Movimento Negro Unificado ainda desenvolveu uma campanha política contra a mestiçagem, apresentando-a como uma armadilha ideológica do período em que a população era o sujeito do branqueamento. Para Domingues (2007), a avaliação do movimento era que a mestiçagem cumpriu um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil. O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população. Segundo esses ativistas, a mestiçagem, historicamente, esteve a serviço do branqueamento e o mestiço seria o primeiro passo desse processo.

As ações propostas pelo movimento negro intensificam as discussões em torno da situação dos negros e das negras na realidade social brasileira. Posso afirmar que, a partir dessas ações, se organizou no Brasil uma política de transgressão, na qual fronteiras da modernidade começaram a ser desafiadas, deixando surgir assim, outras possibilidades de brasilidades.

O Movimento Negro Unificado se organizava em torno do discurso de fomentar um processo de constituição da identidade positiva da população negra e de sua conscientização política na vida nacional. Esse movimento via o espaço escolar como fundamental para que a história e a identidade da população negra fossem ressignificadas no Brasil. Cruz (1989) argumenta que, entre as reivindicações do movimento negro, estavam alicerçados na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos: a capacitação de professores e de professoras para desenvolver uma



pedagogia interétnica; a reavaliação do papel do negro na história do Brasil; e por fim, a inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares.

Ao argumentar sobre a importância dos discursos de resistência, Giroux (1999b) afirma que esses discursos buscam ampliar os argumentos para a ação política de combate ao racismo e organizar enunciados de experiências dos grupos silenciados para fazer parte da arena social, a fim de interrogar e contestar as narrativas que explicam os sujeitos sociais de maneira universal.

Em outro momento, Felipe (2009) argumenta que a luta do movimento negro, em especial as reivindicações para incorporar nas suas ações a história da negritude no universo escolar, resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu artigo 26, parágrafo 4, ratifica que o “ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil, 1996, p.27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do século XX, período da formação e consolidação do Estado Moderno brasileiro, houve uma série de dispositivos de marginalização da população negra por meio do projeto de construção da identidade nacional baseado nos padrões europeus, como as políticas de branqueamento, depois o mito democracia racial e a mestiçagem. Mas também houve uma série denúncias que demonstra como o projeto de construção da brasilidade deixou de fora, excluiu, marginalizou ou subordinou, uma parcela significativa da população, dentre as quais os negros e as negras.

O projeto de universalização da educação pública, iniciado no século XIX e intensificado ao longo do século XX, levou vários grupos ao espaço escolar, como uma estratégia de construção dessa identidade. No entanto, à medida que essas pessoas adentraram o espaço escolar, as diferenças sociais foram postas na arena política e as diretrizes específicas foram aparecendo, mas a tradição iluminista de pensar os sujeitos sociais continuava inalterada, abrindo apenas margens para adaptações, sem a valorização da história desses grupos.

Apesar de algumas reivindicações da população negra terem sido incorporadas no projeto de brasilidade, como a aprovação da Lei 10.639/2003, ainda é necessário considerar quais marcas que décadas de marginalização deixaram no tecido social



Brasil. Para isso, devo considerar os interesses do menos favorecido; a participação em uma escolarização comum; e a produção histórica da igualdade. A subjetividade e a experiência dos sujeitos sociais enquanto múltiplos, devem ser levadas em consideração. Esta subjetividade e experiência passam a ser interrogadas como práticas sociais e formações culturais que incorporam mais que simplesmente a dominação de classe e a lógica do capital. Essas experiências sociais, trazidas pelos sujeitos fragmentados para o universo escolar, podem ser utilizadas para desvendar as complexas relações entre as produções econômicas, culturais e ideológicas.

É necessário reconhecer as mudanças nos discursos que envolvem a população negra no século XX e reconhecer que a aprovação de uma série de leis melhora a representação social dos negros e das negras no Brasil. No entanto é necessário perguntar como essas diferenças, que foram historicamente construídas, ancoram os discursos e as práticas materiais na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. *Revista Aulas*, Campinas, SP, n. 4, abr./ jul. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/r4.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013

ANDREWS, George R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 47-83, set. 1992.

BACCI, Maria. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 141- 159, jan./jun. 2002.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. *Negrinhos que por ahilandão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado)- FEUSP, São Paulo, 2005.

BENTO, Maria Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Silva; CARONE, Iracy (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 23-58.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.



CAMPOS, Maria José. *Arthur Ramos: Luz e Sombra na Antropologia Brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Edson. Em 80 anos de abolição. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, p. 88-106, 1968.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, 1987

CRUZ, Manoel de Almeida. *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*. Salvador: Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, 1989.

CUNHA, Lídia Nunes. A população negra e os conteúdos ministrados na escola normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação dos negros e outras Histórias*. Brasília, DF: SECAD, 2005. p. 221-248.

DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco. 1987. p. 58-85.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização do negro na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. *Ande: Revista da Associação Nacional de Educação*, São Paulo, n. 14, p.147-163, 1989

DOEBBER, Michele Barcelos. Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da negritude: biopolítica, educação e questão racial no Brasil. In: VALENTIM, Silvani dos Santos; PINHO, Vilma Aparecida de; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Relações étnico-raciais, educação e produção do conhecimento: 10 anos do GT 21 da Anped*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012. p. 133.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [online]*, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FELIPE, Delton Aparecido. *Narrativas para alteridade: o cinema na formação de professores e professoras para o ensino de história e cultural afro-brasileira e africana na educação básica*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, SP, v. 39, p. 250-266, set. 2010.

FELIPE, Delton Aparecido. *Negritude em discurso: a educação nas revistas Veja e Época (2003-2010)*. 2014. 179f. (Tese) Doutorado -Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. v. 1, 2.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. Tese (Doutorado) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção ditos e escritos, v. 6)

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GIROUX, Henry. Por uma pedagogia da branquidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 97-132, jul. 1999b.

GIROUX, Henry. Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade: além da política do pluralismo. In: _____. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médica, 1999a. p. 133-174.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 20, n. 61, p. 147-162, 2001.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

MAESTRI, Mario. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil (século XVI e XVIII)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 192-210.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional do Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 107-124.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Ed. 2004,.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial, *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 125-138, 1991.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Maria do. *A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.



NASCIMENTO, Abadias; NASCIMENTO, Elerkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. *Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. *A frente negra brasileira: política e questão racial nos anos 1930*. 2002. Dissertação (Mestrado) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes ... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento da questões étnico – raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 4, p.33-47, jun./dez. 2002.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília, DF: Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, 1999. p. 141-157.

SANTOS, José Antônio. *Etnicidade nação e cultura: intelectuais negros – educação e militância*. 2002. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. *Memórias d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVÉRIO, Valter R. Ação afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”. In: BARBOSA; Silva; Silvério (Org.). *De preto a afro-descendente: trajetória de pesquisa sobre relações étnicos-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p. 321-342.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In. SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XIX*. São Paulo: Autores Associados, 1998. p.19-62.

TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia Ciência Profissão*, v. 22, n. 4, p. 2-13, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v22n4/02.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

VEIGA, Cyntia Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3. 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. p.75-93.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

*Recebido em julho de 2015
Aprovado em setembro de 2015*